

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Recebido em: 18/09/2025

Aceito em: 24/10/2025

DOI: 10.25110/educere.v25i1.2025-12358



Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior¹

July Ane Almeida Batalha Rodrigues²

Thainá Kássia Lima Rabelo³

João Gustavo Nascimento da Silva⁴

Marina Silva Nicolau Taketomi⁵

Edna Ferreira Coelho Galvão⁶

Higson Rodrigues Coelho⁷

RESUMO: Este trabalho consiste numa revisão integrativa da literatura acerca da evolução das políticas afirmativas no Brasil. Busca responder como essas políticas surgiram, desenvolveram-se e se mantêm até hoje, bem como os desafios enfrentados para garantir diversidade e representatividade de grupos minoritários. O estudo tem como objetivo descrever essa evolução em contexto histórico, destacando marcos, obstáculos e implicações para a efetivação desse direito constitucional. A metodologia incluiu análise de artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases REDALYC, LILACS, Periódicos da Capes e BDTD. Os resultados evidenciam a importância das ações afirmativas para a equidade social, apesar de dificuldades como fraudes, racismo e pouca discussão sobre o tema. Conclui-se que é essencial fortalecer e aprimorar essas ações, ampliando o debate sobre identidade racial e políticas públicas inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas afirmativas; Heteroidentificação; Cotas Raciais; Brasil.

¹ Doutorando em Ensino em Saúde na Amazônia (UEPA). Mestre em Ensino em Saúde na Amazônia (UEPA). Professor Assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor no Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES).

E-mail: jorge.carlos@uepa.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2593-7804>

² Graduanda em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: july.aabrodrigues@aluno.uepa.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5603-5902>

³ Graduanda em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: thainarabelo53@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0939-2903>

⁴ Graduando em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: joaogustavo.n@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9709-1702>

⁵ Mestra em Ciências da Saúde (UFOPA). Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: marina_nicolau@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7170-8485>

⁶ Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: edna.galvao@uepa.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3524-9909>

⁷ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: higson.coelho@uepa.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9585-2334>

THE EVOLUTION OF AFFIRMATIVE POLICIES IN BRAZIL: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This paper consists of an integrative review of the literature on the evolution of affirmative action policies in Brazil. It seeks to answer how these policies emerged, developed, and are maintained to this day, as well as the challenges faced to ensure diversity and representation of minority groups. The study aims to describe this evolution in a historical context, highlighting milestones, obstacles, and implications for the implementation of this constitutional right. The methodology included an analysis of articles published between 2019 and 2024 in the REDALYC, LILACS, Capes Journals, and BDTD databases. The results highlight the importance of affirmative action for social equity, despite difficulties such as fraud, racism, and little discussion on the topic. It is concluded that it is essential to strengthen and improve these actions, expanding the debate on racial identity and inclusive public policies.

KEYWORDS: Affirmative policies; Heteroidentification; Racial Quotas; Brazil.

LA EVOLUCIÓN DE LAS POLÍTICAS DE POSICIONAMIENTO AFIRMATIVO EN BRASIL: UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA

RESUMEN: Este trabajo consiste en una revisión bibliográfica integradora sobre la evolución de las políticas de acción afirmativa en Brasil. Busca responder cómo estas políticas surgieron, se desarrollaron y se mantienen en la actualidad, así como los desafíos enfrentados para garantizar la diversidad y la representación de los grupos minoritarios. El estudio tiene como objetivo describir esta evolución en un contexto histórico, destacando hitos, obstáculos e implicaciones para la implementación de este derecho constitucional. La metodología incluyó un análisis de artículos publicados entre 2019 y 2024 en las bases de datos REDALYC, LILACS, Capes Journals y BDTD. Los resultados destacan la importancia de la acción afirmativa para la equidad social, a pesar de desafíos como el fraude, el racismo y la discusión limitada sobre el tema. La conclusión es que es esencial fortalecer y mejorar estas acciones, ampliando el debate sobre la identidad racial y las políticas públicas inclusivas.

PALABRAS CLAVE: Políticas de acción afirmativa; Heteroidentificación; Cuotas raciales; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as questões raciais têm suas origens no período colonial, marcado pela escravidão de povos africanos e a exploração de populações indígenas. Nesse sentido, as primeiras populações a serem subvertidas foram as indígenas, as quais os colonizadores destruíram suas aldeias, cultura e, em nome de Deus, adestraram os nativos para serem submissos à vontade da coroa portuguesa. Entretanto, mediante a todo o empírico em relação ao ambiente em que estavam inseridos, a resistência contra escravidão e fragilidade dos indígenas perante às doenças de “branco”, os portugueses resolveram importar outro tipo de mão de obra. Dessa forma, a partir da década de 1570, ocorreu a

importação de africanos e, desde então, foram quase quatro séculos de escravidão do povo negro, e mesmo depois da abolição da escravidão, em 1888, o povo negro continuou sendo subjugado e, com isso, consolidando profundas desigualdades dentro da organização social, visto que não foram implementadas políticas de reparação, excluindo oportunidades educacionais e de trabalho (Freitas, 2023; Pace, 2019; Schdmit, 2005).

A partir da segunda metade do século XX, o crescimento do movimento negro no Brasil desempenhou um papel fundamental no sentido de denunciar as desigualdades raciais, o caráter excludente e seletivo da educação superior brasileira. Além disso, começaram a surgir debates sobre a necessidade de ações afirmativas para reduzir as desigualdades do povo segregado e desfavorecido, tendo em vista a composição da sociedade brasileira, com mais de 50% de pretos e de pardos, a educação superior pública não permitiu que essas representatividade se efetivasse (Ristoff, 2012; Moehlecke, 2002).

Nesse sentido, foi apenas nos anos 2000 que as políticas de cotas raciais começaram a ser implementadas de forma mais sistemática. Dessa forma, destaca-se o conceito e fenômeno das ações afirmativas, que podem ser compreendidas como políticas públicas que visam corrigir desigualdades socioeconômicas resultantes da discriminação enfrentada por determinados grupos. Essas políticas buscam promover a equidade, igualdade de oportunidades e assegurar a diversidade e representatividade de grupos minoritários em várias esferas da atividade pública e privada (Moehlecke, 2002).

A Lei 12.711/2012, que institui o sistema de cotas nas universidades federais, é um marco na história das ações afirmativas no Brasil, pois, pela primeira vez, o Estado passa a agir contra a discriminação étnico racial, não somente punindo ações e comportamentos preconceituosos, mas de modo afirmativo, atuando também para promover uma reparação a negros e pardos, por meio da instituição de mecanismos para inserção destes no espaço universitário, esta que historicamente se mostrou elitista e excludente (Silva, 2022). Ela estabelece que 50% das vagas em universidades e instituições federais devem ser reservadas para alunos provenientes de escolas públicas, com um percentual destinado a negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

Logo, evidencia-se que a evolução dessas políticas reflete o amadurecimento da sociedade brasileira em reconhecer as barreiras estruturais que perpetuam injustiças e comprometem o pleno exercício da cidadania. No contexto educacional, profissional e social, medidas como cotas raciais, políticas de gênero e incentivos à diversidade têm

contribuído para ampliar oportunidades e combater preconceitos. Por meio desse olhar analítico, busca-se fomentar o debate sobre a eficácia das ações afirmativas e seu papel na construção de uma sociedade mais justa. Assim, a reflexão apresentada destaca a relevância de fortalecer essas políticas como instrumentos de transformação social e garantia de direitos. Dessa forma, este artigo buscou avaliar, através da revisão integrativa da literatura, a evolução das políticas afirmativas no Brasil, abordando seu contexto histórico, principais marcos e movimentos durante o período, assim como medidas atuais e os principais desafios para garantia de direitos de maneira efetiva.

2. METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se como uma revisão integrativa da literatura, uma vez que busca analisar de forma abrangente e quantitativa dados específicos relacionados ao tema central de pesquisa. Com efeito, foram seguidos os passos metodológicos formulados pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA) (Moher *et al.*, 2009).

A revisão baseou-se na procura de artigos tanto nacionais quanto internacionais, englobando as línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Como bases de dados foram selecionadas: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), REDALYC (Sistema de Información Científica Redalyc), Periódicos da Capes e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações).

Outrossim, para a sistematização da procura dos artigos utilizou-se palavras-chave selecionadas por meio dos Descritores em Ciências e Saúde (DeCS/MeSH) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizou-se também algumas palavras-chave não reconhecidas como descritores, mas que fazem parte dos termos utilizados na literatura e ainda na legislação específica sobre o tema. Os termos empregados e combinados foram: “políticas afirmativas” AND “Brasil”; “heteroidentificação” AND “Brasil”; “cotas raciais” AND “Brasil”. Em sequência foi realizada a tradução dos descritores empregados para reproduzir as equações de pesquisa pré-formuladas em inglês e espanhol.

Além disso, para a estruturação da pergunta norteadora do estudo foi aplicada a estratégia PICO: P - população; I - intervenção; C - comparação; O - desfecho. Dessarte, o questionamento fundamental concluiu-se sendo: “Como as políticas afirmativas evoluíram no cenário brasileiro ao longo do tempo?”, levando a inclusão de pesquisas produzidas e publicadas em um intervalo de 5 anos (2019-2024).

Quanto à inclusão dos artigos, foi determinada pelos critérios de inclusão: estudos publicados entre o período de janeiro de 2019 a outubro de 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, guiando-se por meio do objetivo proposto pela revisão. Somado a isso, englobam-se estudos dos tipos transversais, artigos completos e comparativos. Por fim, excluíram-se estudos duplicados, revisões de literatura sistemáticas, narrativas, bibliográficas e artigos que não estivessem de acordo com o objetivo do estudo ou que ainda abordassem outras temáticas primordiais.

Por fim, a análise dos artigos foi sequenciada por etapas, de modo que primeiramente fez-se a busca por meio dos descritores supracitados, verificação de títulos e seleção dos tipos de artigos conforme os critérios de exclusão. Consequentemente, pela pesquisa nas bases de dados listadas, encontrou-se cerca de 4856 (quatro mil oitocentos e cinquenta e seis) artigos, os quais pela aplicação dos critérios pré-definidos foram resumidos no final somente a 13 estudos. Tal itinerário é apresentado abaixo:

Quadro 1: Artigos selecionados de acordo com as bases de dados

Base de dados	Termos de busca	Total de artigos encontrados	Aplicação de filtros	Selecionados após critérios
LILACS	"políticas afirmativas" AND "Brasil"	36	0	0
	"heteroidentificação" AND "Brasil"	1	1	1
	"cotas raciais" AND "Brasil"	1	0	0
Redalyc	"políticas afirmativas" AND "Brasil"	30	0	0
	"heteroidentificação" AND "Brasil"	20	0	0
	"cotas raciais" AND "Brasil"	40	3	3
BDTD	"políticas afirmativas" AND "Brasil"	25	1	1
	"heteroidentificação" AND "Brasil"	3682	1111	3

	"cotas raciais" AND "Brasil"	407	157	1
Periódicos da CAPES	"políticas afirmativas" AND "Brasil"	400	4	1
	"heteroidentificação" AND "Brasil"	17	6	4
	"cotas raciais" AND "Brasil"	197	1	0
Total geral	-	4856	1280	13

Fonte: Elaboração própria (2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa forma, seguindo os passos metodológicos traçados foram selecionados os seguintes artigos:

Quadro 2: Disposição dos resultados encontrados.

TÍTULO, AUTORES E ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO E OBJETIVO DOS ESTUDOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO ÉTNICORACIAL: LÓCUS DE CONSTRANGIMENTO OU DE CONTROLE SOCIAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA? (Santos, 2021)	O autor escolhe não se aprofundar na caracterização metodológica de sua pesquisa, mas discute as implicações para o ingresso de estudantes pretos, pardos e indígenas nas universidades federais.	É destacado que houve aumento significativo, de 300%, no número de comissões de heteroidentificação étnico-racial nas universidades federais, possivelmente indicando sua eficácia. Além disso, enfatiza que esse crescimento é resultado das pressões dos movimentos sociais negros e de outros atores que apoiam a inclusão de estudantes de diferentes etnias.	Conclui-se que as comissões de heteroidentificação nas universidades federais têm se mostrado eficazes no combate a fraudes nas cotas étnico-raciais, o que reflete um aumento na fiscalização e controle social das políticas de ações afirmativas. Por fim, destaca-se a necessidade de um compromisso contínuo com a luta antirracista e a inclusão no ensino superior.

<p>AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DA UFRGS</p> <p>(Costa, 2022)</p>	<p>O autor preza por uma análise do tipo qualitativa acerca das resoluções e editais de programas de pós-graduação com referência a inserção do negro no âmbito acadêmico, além de apresentar entrevistas e oficinas preparatórias para candidatos cotistas. Essa abordagem visa uma compreensão aprofundada das práticas e desafios enfrentados na implementação das políticas afirmativas.</p>	<p>Os resultados mais importantes do artigo incluem que no Brasil, a implementação da Lei de Cotas, bem como a criação de programas de ações afirmativas na pós-graduação resultaram em um maior número de programas com essas políticas. Além disso, é elencado que o debate quanto a importância das ações afirmativas, além da necessidade de desconstruir o racismo estrutural se intensificou.</p>	<p>A conclusão obtida é que as ações afirmativas no ensino superior possuem um caráter essencial para promover a inclusão e a diversidade, o que confronta a narrativa da existência de uma sociedade sem discriminação racial no Brasil. Por fim, ressalta-se a importância de continuar o debate da implementação de ações que visem a equidade racial e social no país.</p>
<p>POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA E AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO: O CASO DAS COTAS RACIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</p> <p>(Padro; Silva, 2022)</p>	<p>O estudo é uma análise qualitativa que investiga a percepção dos estudantes sobre as cotas raciais, racismo e discriminação na academia. Seu objetivo principal consiste em discutir as relações raciais no ensino superior, evidenciando situações de discriminação racial e a reprodução de desigualdades sociais.</p>	<p>Os principais resultados do estudo indicam que a raça é uma categoria fundamental para entender as desigualdades educacionais entre negros e brancos, sendo o racismo instrumento de mobilização. Além disso, a diferenciação entre cotistas e não cotistas é percebida como uma forma de discriminação, gerando intimidação e segregação social dentro da universidade. Por fim, o estudo sugere a necessidade de eliminar hierarquias entre os grupos e ampliar as análises para incluir recortes de gênero e comparações com cursos de menor prestígio.</p>	<p>Conclui-se que as práticas de discriminação e hierarquização entre cotistas e não cotistas devem ser eliminadas na universidade para promover um ambiente mais igualitário. Além disso, é necessário avançar nas análises para compreender melhor as dinâmicas de inclusão racial, considerando fatores como gênero e a estratificação horizontal em cursos de diferentes prestígios. O estudo ressalta a importância de abordar as desigualdades educacionais de forma abrangente e crítica.</p>

<p>OS DESAFIOS DA CRIAÇÃO DE COTAS PARA PRETO, PARDOS E INDÍGENAS (PPI) NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS</p> <p>(Maia, 2021)</p>	<p>Trata-se de um estudo analítico da Lei de Cotas no Brasil, especificamente a ocupação de vagas em reserva para estudantes Pretos, Pardos e Indígenas. Dessa forma, examina a Lei nº 12.711/2012, e da Portaria MEC nº 18/2012, além de analisar casos ocorridos na Universidade Federal do Ceará, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal da Grande Dourados</p>	<p>Foi enfatizado nos resultados do estudo a importância das cotas de PPI para construção de uma universidade mais inclusiva e com diversos segmentos sociais, além de evitar fraudes nesse processo. Além disso, processo de criação da Lei de Cotas é complexo e está em constante aperfeiçoamento, devendo a Administração Pública velar para que o procedimento de matrícula e ocupação das vagas torne-se cada vez mais seguro.</p>	<p>Conclui que a autodeclaração, enquanto documento necessário à solicitação de matrícula em vaga reservada para PPI, pode ser contrastada por comissões de heteroidentificação, em um procedimento administrativo integrante do procedimento de matrícula, contribuindo para a efetividade da política afirmativa.</p>
<p>POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR POR ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL</p> <p>(Carolino; Ferreira; Teodósio, 2023)</p>	<p>Foi realizada uma pesquisa descritiva/qualitativa e aplicada a técnica de análise: narrativa do discurso. A epistemologia adotada foi a Teoria Crítica Racial. Participaram do estudo quatro estudantes negros cotistas da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu principal objetivo é compreender como os estudantes negros cotistas percebem a importância das ações afirmativas e da Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial em uma universidade pública.</p>	<p>A pesquisa identificou que houve um aumento considerável de estudantes negros no âmbito das universidades públicas. Em relação a atuação da banca de heteroidentificação, destaca-se a importância desse mecanismo como forma de superar fraudes no processo de seleção dos alunos cotistas. Ademais, foi enfatizado pelos participantes a necessidade de se ampliar debates sobre a existência de cotas e ações afirmativas em diferentes espaços.</p>	<p>As narrativas dos estudantes reforçaram a importância das ações afirmativas e da Comissão de Heteroidentificação, entretanto, os entrevistados não deixaram de destacar os obstáculos ainda existentes na inclusão de pessoas negras no ensino superior e sinalizaram possíveis estratégias para superação desse cenário.</p>

<p>ENTRE “RAÇAS”, COTAS E ONGs: UMA CRÍTICA DO ANTIRRACISMO SOCIAL-LIBERAL NO BRASIL</p> <p>(Lima, 2020)</p>	<p>O estudo incluiu revisão bibliográfica, análise crítica de autores do antirracismo social-liberal, entrevistas com militantes, análise de redes sociais de protagonistas do movimento no RN e observação participante em um evento da COEPPIR em 2019. Na conclusão, o objetivo foi relacionar o subdesenvolvimento do estado, a opressão racista na sociedade potiguar e as manifestações atuais do antirracismo social-liberal.</p>	<p>A pesquisa identificou que o antirracismo social-liberal no Brasil foi moldado pela integração do país ao capitalismo globalizado e pela influência da teoria social pós-moderna. Notou-se que políticas afirmativas e ONGs desempenharam um papel central na consolidação dessa estratégia, destacando-se também a reabilitação da categoria "raça" como elemento político na era neoliberal.</p>	<p>Entende-se que o antirracismo social-liberal representa uma abordagem contrarrevolucionária, priorizando adaptações às estruturas capitalistas em detrimento da luta anticapitalista. No contexto do Rio Grande do Norte, a opressão racista é estrutural e ligada ao subdesenvolvimento regional, demandando uma perspectiva antirracista que integre a luta de classes.</p>
<p>AS AÇÕES AFIRMATIVAS E DISCRIMINAÇÃO POSITIVA: EQUALIZAÇÃO E REPARAÇÃO HISTÓRICA DAS MINORIAS ESTIGMATIZADAS PELAS MEDIDAS POSITIVAS DE INCLUSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS</p> <p>(Lima; Oliveira; Oliveira, 2023)</p>	<p>Foi realizada uma análise qualitativa apoiada na análise de gráficos com o cruzamento dos resultados. O presente trabalho tem por objetivo o estudo da Lei n.12.711/2012 e a análise das barreiras quanto à eficácia das cotas raciais</p>	<p>Observou-se baixa porcentagem de estudantes que entram pelo sistema de cotas raciais quando comparado com o sistema universal de ampla concorrência. Isso ocorre devido à ausência de políticas cabíveis e eficazes para um maior alcance do conhecimento da existência delas e de melhores configurações para a permanência dos contemplados pelas cotas raciais.</p>	<p>Pode-se observar que a falta de ampliação de informação nas mídias em relação a política de ações afirmativas impacta através do desconhecimento das cotas por parte dos estudantes que apenas possuem conhecimento das ações afirmativas durante os processos seletivos.</p>

<p>MANUTENÇÃO DAS COTAS RACIAIS NA UFMG EM CONTEXTO DE TURBULÊNCIA (2016-2022)</p> <p>(Silva, 2023)</p>	<p>Metodologia científica qualitativa, por meio de um estudo de caso detalhado que mobilizou diversas fontes de informação e coleta de dados. O objetivo deste estudo é analisar as estratégias de disrupção e manutenção do campo.</p>	<p>O estudo apontou que o antirracismo social-liberal no Brasil foi estruturado a partir da globalização e do alinhamento ao social-liberalismo, com forte atuação de ONGs e políticas afirmativas. A reabilitação da "raça" como categoria sociológica foi central para consolidar essa estratégia, que busca ajustes dentro das dinâmicas do capitalismo</p>	<p>A dissertação concluiu que o antirracismo social-liberal é uma estratégia hegemônica e contrarrevolucionária, priorizando reformas dentro da lógica capitalista. No contexto potiguar, a opressão racista está intimamente ligada ao subdesenvolvimento, exigindo uma abordagem que articule luta de classes e combate ao racismo</p>
<p>COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: DISCURSOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL.</p> <p>(Elisio, 2021)</p>	<p>A metodologia do estudo, conforme descrito no resumo, baseia-se em uma abordagem histórica e qualitativa, estruturada em três principais etapas: análise histórica; levantamento institucional; estudo dos conflitos e perspectivas. O objetivo deste estudo é interrogar a partir da perspectiva histórica, o processo de instituição das Comissões de Heteroidentificação como mecanismo de averiguação para uso das cotas raciais no Brasil.</p>	<p>O estudo identificou que as Comissões de Heteroidentificação são fundamentais para evitar fraudes nas cotas raciais, contribuindo para a efetivação das políticas afirmativas. Além disso, revelou que a autodeclaração racial, embora importante, necessita de mecanismos de validação para garantir a justiça no acesso às vagas destinadas a grupos historicamente excluídos.</p>	<p>As Comissões de Heteroidentificação representam um avanço na implementação das ações afirmativas, mas também geram debates sobre critérios e práticas. O estudo destaca a necessidade de ampliar discussões sobre identidade racial no Brasil, visando fortalecer a luta contra o racismo e promover maior equidade.</p>

<p align="center">COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL PARA ACESSO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS</p> <p align="center">(Batista; Figueiredo, 2020)</p>	<p>Trata-se de análise crítica da política afirmativa da UFRGS, considerando a instalação da comissão de heteroidentificação. Este artigo tem por finalidade abordar a política afirmativa de recorte racial para o acesso à educação superior em universidades públicas federais examinando o caso da UFRGS</p>	<p>Os resultados encontrados no estudo demonstram o impacto da implantação da comissão de heteroidentificação como uma forma ajuste de justiça social. É válido destacar também que as comissões frustram fraudes de candidatos(as), em especial, aos cursos mais elitizados da UFRGS.</p>	<p>Concluiu-se que após instalação de comissões de heteroidentificação, o acesso de pessoas negras diminuiu significativamente na UFRGS. Isso ocorre provavelmente devido as autodeclarações raciais anteriores à heteroidentificação não corresponderem ao significado do que é ser pessoa negra no entendimento dos sujeitos de direito.</p>
<p align="center">AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS</p> <p align="center">(Silva, 2021)</p>	<p>Pesquisa documental para fins de coleta e organização das referências que subsidiaram na análise das estatísticas descritivas do desenho da política e do resultado em cada uma das etapas do concurso. O objetivo é avaliar os resultados da política pública afirmativa que reserva 20% das vagas para candidatos negros nos concursos públicos realizado para o provimento do cargo de Promotor de Justiça Substituto nos Ministérios Públicos Estaduais.</p>	<p>A política de cotas raciais nos concursos para o cargo de Promotor de Justiça Substituto nos Ministérios Públicos Estaduais mostrou baixa efetividade em preencher as vagas reservadas para negros. Contudo, 100% dos candidatos negros aprovados foram nomeados. Identificaram-se barreiras no desenho dos concursos que podem impactar os resultados da política.</p>	<p>A pesquisa destaca a necessidade de ajustar o desenho da política para aumentar a participação de candidatos negros em todas as etapas dos concursos. Sugere-se a remoção de restrições desnecessárias, mantendo os critérios de desempenho. A implementação de tais mudanças pode fortalecer a inclusão racial em posições de poder no setor público.</p>

<p>DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO PERFIL DE CONCLUINTE E DO DESEMPENHO DOS BENEFICIÁRIOS DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ENADE (2018).</p> <p>(Argôllo, 2022)</p>	<p>Trata-se de uma abordagem metodológica mista, fundamentada em Dal-Farra e Lopes (2013), que faz uso do estudo qualitativo e quantitativo dos dados. O objetivo deste estudo é caracterizar o perfil socioeconômico e acadêmico dos concluintes e o desempenho dos beneficiários e não beneficiários de políticas de ação afirmativa no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2018.</p>	<p>Políticas afirmativas beneficiam estudantes de baixa renda e escolas públicas, com melhores resultados em universidades públicas e entre bolsistas. Persistem desigualdades entre instituições.</p>	<p>As políticas promovem inclusão, mas demandam melhorias no apoio acadêmico e socioeconômico para maior eficácia na redução de desigualdades.</p>
<p>A DIFUSÃO DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: INSTITUIÇÕES E MUDANÇA ORGANIZACIONAL</p> <p>(Dantas; Almeida, 2024)</p>	<p>Trata-se de uma análise de casos de universidades federais que adotaram procedimentos para análise da autodeclaração dos candidatos entre 2015 e dezembro de 2021. Além disso, ocorreu a análise documentos oficiais, composto por resoluções de conselhos superiores dessas universidades, atas de comissões e entre outros.</p>	<p>O resultado demonstra como universidades brasileiras passaram a ser mais claramente percebidas como espaços racializado devido ao engajamento, união e participação ativa de estudantes, profissionais e funcionários na luta contra as desigualdades sociais, étnico-raciais e garantia do direito constitucional</p>	<p>Ao final do estudo, conclui-se que a difusão das comissões nas universidades derivaram das interações entre estudantes universitários, funcionários técnico-administrativos e docentes das universidades, assim como organizações do movimento negro e de agências do estado, engajados no objetivo de proteger as ações afirmativas.</p>

Fonte: Elaboração própria (2025).

O século XVI foi marcado por um período de intensa exploração de pessoas negras no Brasil, resultado do sistema escravista imposto a essa população. Mesmo após a abolição formal da escravidão, observou-se que políticas públicas e estruturas sociais perpetuaram a exclusão e a falta de oportunidades para a população negra. Diante desse cenário, surgiram propostas voltadas à redução dessas desigualdades, por meio de ações

afirmativas que buscam promover a inclusão e a equidade (Freitas, 2023; Moehlecke, 2002).

O fim da escravidão marcou o início de uma nova luta para as populações marginalizadas, que tiveram que buscar espaços de inclusão, antes inacessíveis, a exemplo das universidades e de outros ambientes públicos. Considerando a evolução das políticas afirmativas, é possível observar que negros, pardos e indígenas têm ganhado maior representatividade nas instituições de ensino, especialmente quando comparado ao período anterior à criação da Lei de Cotas, quando as universidades eram compostas, em sua maioria, por grupos socialmente mais privilegiados (Santos *et al.*, 2019).

Em 2001, recorte temporal que precede a criação das políticas afirmativas, o ensino superior público era majoritariamente formado por estudantes de classes mais altas, de sua maioria brancos, sendo que apenas 31,5% das vagas eram ocupadas por pretos, pardos e indígenas. Com a adoção das políticas de cotas, esse cenário mudou: em 2021, a ocupação de vagas por pretos, pardos e indígenas tornou-se expressiva (52,4%) (Senkevics, 2021). Apesar disso, novos desafios são observados, como a dificuldade desses grupos de se manterem na universidade, já que geralmente possuem renda baixa.

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) é uma estratégia desenvolvida com a finalidade de diminuir a marginalização de minorias sociais, seja no acesso a graduações ou até mesmo em outras etapas, como em concursos públicos e residências médicas (Maia, 2021). No âmbito desta lei, destacam-se as medidas direcionadas para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI), assim como o desafio que a acompanha. Para concorrer a vagas no grupo de PPI, é necessário apresentar um documento de autodeclaração. Este pré-requisito tem sido alvo de fraudes nas universidades públicas brasileiras, sendo que a aprimoração do sistema de cotas mitiga isso por intermédio das bancas de heteroidentificação, estas que têm autonomia para indeferir um candidato – o que não era possível antes – e, assim, contribuem para que a distribuição dessas vagas ocorra com menos fragilidades (Maia, 2021; Dantas; Almeida, 2024).

Estudos discutem a importância do movimento negro nas universidades diante dessa luta, promovendo o diálogo com professores, funcionários e demais atores para contornar a problemática do acesso à educação (Dantas; Almeida, 2024). Santos (2021) ressalta também um aumento de 300% nas comissões de heteroidentificação no país até 2021, o que mostra a efetividade destas e o crescimento de movimentos que lutam por igualdade e equidade social.

Desde a implementação desses métodos, os resultados alcançados têm sido favoráveis. Todavia, a literatura e a história destacam que há necessidade de busca de melhorias para esse sistema, haja vista que, apesar dos avanços, ainda não é o ideal. Assim, entende-se a importância da continuidade de debates, reuniões e ações que tratem dessa temática (Carolino; Ferreira; Teodósio, 2023; Elisio, 2021).

Nesse sentido, a manutenção dessas discussões deve acontecer tendo em vista os novos desafios que se dão após a entrada na universidade, caracterizados pela segregação entre os grupos de cotistas e não cotistas, que são acompanhadas também por discursos de ódio em direção aos estudantes menos favorecidos (Pedro; Silva, 2022). Vale ressaltar que determinados grupos resistem à evolução de políticas públicas inclusivas, considerando-as inadequadas. Contudo, essa resistência frequentemente reflete preconceitos enraizados e o temor de mudanças que visam reduzir desigualdades, ao mesmo tempo em que questionam os fundamentos do modelo econômico capitalista predominante (Batista; Figueiredo, 2020; Silva, 2023; Lima, 2020).

Outro desafio enfrentado pelos estudantes cotistas ao serem aprovados em seus cursos é a dificuldade de permanência, muitas vezes decorrente de condições financeiras desfavoráveis que comprometem a continuidade de seus estudos. Diante disso, é fundamental que as políticas públicas não se restrinjam apenas ao acesso ao ensino superior, mas também incluam medidas que assegurem a permanência desses alunos ao longo de sua formação (Argöllo, 2022).

Uma parcela da população não compreende a relevância de um sistema que inclua aqueles que estão à margem da sociedade, uma vez que não fazem parte desses grupos ou por outras razões. Todavia, é indispensável enfatizar que o racismo é estrutural e com profundas raízes no Brasil. Devido a isso, por séculos o acesso ao conhecimento era dificultado para negros, pardos e indígenas (Costa, 2022). Assim, as ações afirmativas voltadas para o ensino superior têm conseguido diminuir as desigualdades de acesso a universidades e, além disso, não devem ser vistas como uma descompensação de direitos de um grupo em detrimento de outros, considerando o histórico de discriminação racial no Brasil (Costa, 2022).

Embora as ações afirmativas sejam consideradas aliadas importantes na luta contra o racismo estrutural, estudos apontam que muitos estudantes que se enquadram nos critérios para concorrer às vagas por essas modalidades acabam ingressando na universidade por meio do sistema universal de ampla concorrência. Esse cenário, em

grande parte, decorre do desconhecimento sobre o funcionamento das cotas, representando, assim, uma barreira que precisa ser superada (Lima; Oliveira; Oliveira, 2023).

É válido discutir que em todos os cenários em que há concorrência de vagas deve ser presente a ideia de equidade acerca do acesso, destacando não somente a entrada em um curso de ensino superior – o que é amplamente discutido –, mas também os critérios para aprovação e distribuição de vagas em concursos públicos. No cenário jurídico, um estudo destaca que a inclusão racial para cargos de poder público ainda carece de avanços significativos, o que gera a necessidade de ações para contornar tal problemática e aumentar a presença de minorias raciais nesses espaços (Silva, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da revisão foi possível identificar não só a relevância das políticas afirmativas no território brasileiro, compreendendo-a como uma resposta direta às desigualdades impostas e que permeiam a sociedade, sobretudo com relação ao acesso à educação superior. Nesse contexto, desde a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecido como Lei de cotas, responsável por assegurar vagas para grupos minoritários, avanços significativos têm sido visualizados, o que podemos perceber pelo aumento notável de discentes negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades públicas do país. Tal situação não era visualizada anteriormente, sendo que o fator raça era visto como um critério de exclusão não somente de universidades públicas, mas também de outros espaços. De tal forma, essa legislação representa um símbolo importante, podendo ser utilizada como um marco que auxilia na compreensão da evolução das políticas afirmativas no Brasil, que indica a transformação do âmbito acadêmico em um lugar mais diversificado e representativo, ainda que existem desafios para a consolidação dos mesmos avanços.

Com efeito, a análise dos dados obtidos por meio da literatura revisada apresenta que, apesar de um certo progresso, obstáculos como fraudes no sistema de cotas e racismo dentro das universidades persistem. Em contraposição, as ditas comissões de heteroidentificação têm desempenhado um papel fundamental e reconhecível ao assegurar que as políticas afirmativas voltadas para o negro sejam reguladas, promovendo assim maior equidade no processo seletivo. Não obstante, o presente estudo reforça a necessidade de expandir e fortalecer o debate acerca de questões como identidade racial

e a estruturação de políticas públicas mais abrangentes, de modo que não só o ingresso, mas também a permanência do aluno seja contemplada (Prado, 2022).

REFERÊNCIAS

ARGÔLLO, A. C. A. M. de. **Direito à educação superior no Brasil: um olhar a partir do perfil e do desempenho dos beneficiários de políticas de ação afirmativa no ENADE (2018)**. Blumenau-SC. Dissertação (Mestrado), Universidade Regional de Blumenau, 2022. Acesso em: 30 jul .2024.

BATISTA, N. C.; FIGUEIREDO, H. A. C. de. Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 865–881, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147264>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

CAROLINO, A. R.; FERREIRA, C. A. A.; TEODÓSIO, A. S. de S. Políticas afirmativas: acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil. **Revista Ciências Administrativas**, v. 29, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/13692>. Acesso em: 30 jul. 2024.

COSTA, É. G. da. Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, 2023. Disponível em: <https://www.rbs.gd.etc.br/index.php/rbs/article/view/898>. Acesso em: 30 maio 2024.

DANTAS, A. S. R.; ALMEIDA, A. M. A difusão de comissões de heteroidentificação nas universidades públicas: instituições e mudança organizacional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 67, n. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.347>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ELÍSIO, R. R. **Comissões de heteroidentificação: discursos, práticas e perspectivas das cotas raciais no Brasil. Uberlândia-MG**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

FREITAS, J. L. A. de. O indígena, o negro e a BNCC: diálogos necessários. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 10, n. 3, 2023.

MAIA, G. L. Os desafios da criação de cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI) nas universidades brasileiras: creation challenges of a racial quota politics in Brazilian universities. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 115, p. 10–27, 2021. Disponível

em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/972>.
Acesso em: 23 nov. 2024.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197–217, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300011. Acesso em: 2 jul. 2024.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>.

OLIVEIRA, S.; OLIVEIRA, S. B. S.; LIMA, V. F. de. As ações afirmativas e discriminação positiva: equalização e reparação histórica das minorias estigmatizadas pelas medidas positivas de inclusão nas universidades brasileiras. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 2, p. e422829, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2829>.

PACE, A. F. **O papel das comissões de heteroidentificação, como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das universidades públicas federais**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PRADO, E. C. do; SILVA, F. C. da. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78267, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Qyd9Pxt4wxSpt9NYxgdh6Rt/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2025.

RISTOFF, D. O espelho distorcido. **Cadernos do GEA**, n. 1, jan./jun. 2012. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

SANTOS, S. A. dos. Comissões de heteroidentificação étnico-racial: locus de constrangimento ou de controle social de uma política pública? **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 11–62, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552266675017>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, J. R. Resultados não planejados e desafios atuais: uma análise dos 10 anos de cotas raciais na educação superior brasileira. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – CONPEEX, 9., 2022. **Anais [...]**. Apresentação Oral – Educação e Ciências Sociais. [S. l.: s. n.], 2022.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**. Rio de Janeiro: Nova Geração, 2005.

SILVA, J. B. da. **Manutenção das cotas raciais na UFMG em contexto de turbulência (2016–2022)**. 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)

– Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVA, A. R. E. da. **Ações afirmativas no Brasil: avaliação do resultado da política de reserva de vagas para negros no cargo de promotor de justiça dos ministérios públicos estaduais.** 2021. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, J. S. O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 1–28, 2019.

SENKEVICS, A. **A diversificação racial e econômica do ensino superior público brasileiro depois das cotas.** [S.l.], [2025]. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/ensaios/a-diversificacao-racial-e-economica-do-ensino-superior-publico-brasileiro-depois-das-cotas/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

YONEKURA, T. *et al.* Revisão realista como metodologia para utilização de evidências em políticas de saúde: uma revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rjqwwyL4qFcck3LxRRGs7Sp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior: Contribuiu em todas as etapas do artigo, partindo da ideia temática central, coleta de referências análise e interpretação dos dados obtidos, bem como revisão final do manuscrito

July Ane Almeida Batalha Rodrigues: Contribuiu em todas as etapas do artigo, sobretudo na interpretação dos dados obtidos e revisão final do manuscrito.

Thainá Kássia Lima Rabelo: Contribuiu em todas as etapas do artigo, sobretudo na interpretação dos dados obtidos e revisão final do manuscrito.

João Gustavo Nascimento da Silva: Contribuiu em todas as etapas do artigo, partindo da ideia temática central, coleta de referências análise e interpretação dos dados obtidos, bem como revisão final do manuscrito.

Marina Silva Nicolau Taketomi: Contribuiu em todas as etapas do artigo, partindo da ideia temática central, coleta de referências análise e interpretação dos dados obtidos, bem como revisão final do manuscrito

Edna Ferreira Coelho Galvão: Contribuiu em todas as etapas do artigo, partindo da ideia temática central, coleta de referências análise e interpretação dos dados obtidos, bem como revisão final do manuscrito

Higson Rodrigues Coelho: Contribuiu em todas as etapas do artigo, partindo da ideia temática central, coleta de referências análise e interpretação dos dados obtidos, bem como revisão final do manuscrito.